
A MEDIAÇÃO INTERCULTURAL NO DEBATE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E ACÇÃO SOCIAL *

Telmo Humberto Caria**

Este trabalho pretende discutir a relação que pode existir entre ciência e acção social. Esta discussão é feita com base nos seguintes elementos: reflexão metodológica sobre experiência de investigação etnográfica junto de professores; percurso de autoformação em Sociologia em diálogo com a Antropologia Social.

A tese central deste trabalho# é a de que a relação (a discutir) depende do modo como se faz ciência, questão que só é relevante se também nos perguntarmos para quem fazemos ciência. Partimos de uma crítica ao teorismo epistemológico racionalista. Alargamos esta perspectiva mostrando a importância de teorizar o acto de observação e de assumir a influência e a parcialidade analítica no trabalho de investigação. No final mostramos como a acção intercultural desenvolvida no trabalho de investigação etnográfica envolve um tipo de implicação do investigador com o objecto que, sem diluir o campo de autonomia relativa da ciência ou instrumentalizar o conhecimento produzido, permite pensar a ciência e a acção social de modo articulado.

* Texto desenvolvido a partir da comunicação apresentada ao Seminário «Multiculturalismo e Metodologias Qualitativas de Investigação», organizado pela Associação de Sociologia e Antropologia da Educação, Vila Real, janeiro 2000.

** Universidade de Trás-os-Montes; e Alto Douro.

Pretendo com este texto responder à pergunta: quais as relações que podemos conceber existirem entre ciência e acção social? Penso que a discussão deste problema terá bastante relevância para esta revista, pois trata-se de uma questão que, penso, esteve na ordem do dia no seu projecto de desenvolvimento, embora as respostas e os caminhos que vários de nós temos proposto e trilhado não sejam semelhantes.

A relação entre ciência e acção é um velho problema da ciência social para a qual os clássicos, Durkheim, Weber e Marx, deram diferentes respostas, e que, julgo, importa repensar porque os termos em que muitas vezes a questão é rediscutida remetem para temas que considero um pouco ultrapassados, dadas as condições de institucionalização e de autonomia relativa dos campos da ciência no espaço social. Por exemplo, discutir o problema em termos da ciência poder ou não ser normativa e dos factos serem «coisas», parece-me serem temas do passado. Hoje, na conjuntura intelectual pós-moderna em que nos situamos, a ciência tende a perder a sua arrogância relativamente a outras formas de conhecimento e desta forma está cada vez mais longe de pretender deter regras para prescrever o que a realidade tem que ser, ou de pretender reduzir a conduta humana a determinismos sociais que sejam independentes dos universos simbólicos dos actores sociais (Santos, 1987).

De contrário, se repisarmos os mesmos temas do passado continuaremos a dar uma resposta globalista e ambígua para o problema em debate, do tipo «as ciências sociais têm uma especificidade que as distingue das ciências físico-naturais, porque o investigador social não consegue ser exterior à realidade que estuda...» (Caria, 1999a), formulação que na actual conjuntura nada esclarece e que geralmente apenas procura consensos apressados para que se tome partido contra os chamados «positivistas» (o inimigo público a abater).

Situar o debate

Penso que o mais comum, quando se discute este problema, é partir da interrogação sobre qual o uso que é feito da ciência pelos práticos, procurando saber até que ponto estes estão mais ou menos próximos dos padrões (linguagem, problemas e interesses) de legitimidade definidos pela ciência, mesmo que estes padrões não sejam consensuais e possam mesmo ser críticos da ordem social e simbólica vigente. Menos comum e analiticamente mais rico é pretender saber até que ponto os agentes, as instituições e as definições de objectividade científicas criam condições favoráveis ao uso comum da ciência ou como é que ela é usada fora dos padrões de legitimidade controlados institucionalmente pelos campos científicos (Caria, 2000a:159-169; 342-358).

Tanto num caso como noutro, os práticos (mesmo quando estes acumulam o estatuto de investigadores como é o caso da investigação-acção) são vistos como entidades exteriores ao campo científico. Para corrigir este defeito no modo como se olha para o problema propomos que o debate parta da análise da acção investigativa, isto é, parta do considerando que os cientistas também são práticos, da ciência, importando saber em que medida a sua acção profissional, enquanto investigadores, incorpora os resultados da ciência para reflectir sobre a sua própria acção em contexto de investigação (Caria, 2000b). Colocando o considerando na forma da interrogação, trata-se de saber se os investigadores sociais

praticam aquilo que advogam para os outros, o de reflectirem sobre a prática usando os conhecimentos científicos consagrados ou se, pelo contrário, não se limitam só a reproduzir um discurso normativo sobre o «bem fazer ciência», sem capacidade para problematizar a acção e aprender com a experiência de terreno.

A importância de situar o debate nestes termos decorre do pressuposto de que o modo prático de fazer ciência(ou de se definir as normas de cientificidade) tem implícita a questão de saber para quem se faz ciência. É a resposta a este «para quem» que permitirá especificar a nossa contribuição para o problema geral das relações entre ciência e acção social e mostrar a sua actualidade na actual conjuntura intelectual pós-moderna (Santos, 1989: 52-55).

Dentro destes considerados e pressupostos, pretendemos escarpelizar o problema das relações entre ciência e acção social a partir da nosso percurso de formação em sociologia e antropologia, tomando por base a nossa experiência de trabalho de campo realizada através duma estratégia etnográfica de investigação junto de professores durante dois anos lectivos numa escola básica do 2º e 3º ciclos (Caria, 2000a: 66-139; Caria, 2000c).

Desenvolverei a minha análise em três planos: o plano da neutralidade da observação, o plano da imparcialidade das explicações e o plano da implicação do investigador com o objecto de estudo.

Teorizar a influência

Para analisar a questão da neutralidade da observação começarei por me referir à minha formação de base em sociologia e à tradição epistemológica de reflexão dessa disciplina em Portugal (Caria, 2000: 5-28). Desde os anos 70 que a orientação dominante da sociologia em Portugal tem sido a de considerar que não existe *neutralidade* na observação científica, isto é, segundo esta perspectiva os dados recolhidos são função do acto de observar (ou questionar) e este é função das hipóteses construídas informadas pela teoria (Almeida e Madureira Pinto, 1980; Madureira Pinto, 1994: 21-28; Madureira Pinto e Silva, 1987; Sedas Nunes, 1980). Fruto desta orientação, geralmente autodesignada como *racionalista* [na linha desenvolvida por Gaston Bachelard (1993) e Pierre Bourdieu (com outros 1973)]. A sempre esteve claro, para mim, como sociólogo, que a objectividade do conhecimento em ciências sociais nunca poderia ser procurada na possibilidade de não influenciar o objecto, pois este é sempre construído pela razão de quem observa através da manipulação dos instrumentos de recolha de informação e na relação social com o objecto.

Sabemos que a reflexão metodológica de inspiração positivista pode iludir a questão da influência da observação sobre o objecto através da opção por uma sofisticação tecnológica da observação ou através de um exercício intelectual que seria capaz de calcular ou estimar a influência produzida e, por essa via, subtraí-la aos resultados obtidos (Ferreira, 1987; Merllíé, 1998). Em ambos os casos, trata-se de raciocínios que procuram fugir ao problema fulcral de que os dados produzidos sobre o social, por muita fidelidade ou comparatividade que possam possuir através da uniformização dos instrumentos de observação, são sempre função do método utilizado para os construir (Morin, 1984).

Para alguns, esta conclusão, quanto à impossibilidade de existir neutralidade, tem sido suficiente para passarem a subscrever teses (explícitas ou implícitas) com as quais discordamos: a tese da diluição do campo científico ligado ao social, advogando a impossibilidade de existir objectividade nas ciências sociais ou, a oposta, a tese que designaria de ciência social todos os discursos mais elaborados e reflectidos sobre a sociedade que tenham finalidades críticas. Discordamos destas duas perspectivas porque a sua consequência é a de tornar irrelevante o debate sobre a relação entre ciência e acção social, pois, um dos seus pólos do debate, o da ciência, seria diluído no pólo da acção social exterior ao campo científico.

Se não subscrevemos as teses da diluição do campo científico, fica sempre a questão de saber onde está a objectividade do olhar da ciência social?

Julgo que a melhor resposta ao problema da objectividade estará no facto de não se opor esta à subjectividade, considerando que o esforço de teorização e conceptualização da linguagem científica e de validação das hipóteses construídas é um processo continuado de objectivação da subjectividade. Este esforço de objectivação, como processo e não como definição estática, tende a assumir a forma, para alguns, do projecto de uma ciência da ciência (Morin, 1994; Bourdieu e Wacquant, 1992). Ou, com menos utopia, no quadro de uma perspectiva *racionalista alargada*, de desenvolvimento de práticas científicas e reflexões metodológicas que tomam como processo de validação da construção do conhecimento a teorização do próprio acto de observação, evidenciando as condições e as interacções sociais que permitiram a recolha daqueles dados (Madureira Pinto, 1984; 1985a; 1985b).

Nesta perspectiva, a influência sobre o objecto não seria para iludir ou desculpar, seria antes uma condição específica de objectividade nas ciências sociais, que a distinguiria dos padrões normativos das ciências fisico-naturais.

O teoricismo racionalista

A principal vantagem desta perspectiva racionalista é a de entender que a ciência é motivada por um acto de ruptura face às representações mais comuns da realidade e às explicações mais espontâneas sobre a acção social, acabando os conhecimentos produzidos por poder aspirar a desempenhar um papel crítico sobre a acção social, pois esta orientação permitiria descobrir dimensões inconscientes da realidade social, das quais os actores nem sequer teriam consciência prática. Trata-se da ideia da ciência social ter um papel de desocultação e de ruptura com as explicações não sociais do social, evidenciando as estruturas sociais (Sedas Nunes, 1977; Silva, 1987).

A principal desvantagem desta colocação do problema é a de correr o risco de cair no teoricismo objectivista (Almeida e Madureira Pinto, 1987), que se traduz em duas consequências (Coulon, 1987): (1) o acto de verificação seria apenas uma ilustração de hipóteses já fundamentadas e comprovadas, pois a observação seria inteiramente determinada pelo modo como se observa, tratando-se o objecto como totalmente passivo à actividade de observação (ver o exemplo das formulações apresentadas no manual de investigação de Quivy e Campenhoudt, 1992); (2) os conhecimentos teóricos produzidos apareceriam totalmente divorciados do senso comum dos actores sociais estudados, pois a descoberta das estruturas

sociais seria obtida em oposição à consciência dos actores, não se reconhecendo a positividade do senso comum (Santos, 1989: 41-44).

Segundo os nossos termos, trata-se de teorizar para além das categorias de classificação e descrição do quotidiano local, embora com a preocupação de conter nessa construção conceitos operacionais formulados a partir das significações comuns dos actores sociais (ver Sperber, 1992; Caria, 2000c). Trata-se de teorizar com a preocupação de conter na reflexão metodológica tanto os aspectos dinâmicos como os estruturais da relação de investigação, único meio de tornar realizável o projecto de uma ciência das ciências sociais (Caria 2000a: 46-65). Aliás, mesmo numa perspectiva racionalista alargada a ênfase que é dada à teorização do acto de observação tende a formular a suspeita sobre se não será contraproducente à objectivação da prática científica (à identificação da estrutura da relação social de investigação) a reflexão sobre os aspectos interactivos e dinâmicos do processo de construção do conhecimento (em coerência com os postulados objectivistas que informam o teorismo), pelo menos na forma como tradicionalmente as contribuições da etnometodologia, da etnologia e do interaccionismo simbólico são interpretados (ver, Madureira Pinto, 1985a).

Ser parcial

É a reunião destes três aspectos, papel crítico sobre as representações comuns, identificação das estruturas sociais e exotismo da linguagem, que permite à perspectiva *racionalista* de ciência considerar a possibilidade de existir imparcialidade na explicação da realidade. Imparcialidade que permite advogar a existência duma clara dissociação entre o que são problemas e objectos teóricos de investigação e o que são problemas e objectos comuns de acção social. Este modo de fazer ciência Boaventura Santos (1989: 35-40) designa como sendo o máximo de consciência crítica possível dentro do paradigma dominante de ciência.

Chegados, assim, ao segundo plano de análise do problema (o da imparcialidade) das relações entre a ciência e a acção social, poderemos acrescentar que esta noção de imparcialidade do conhecimento científico decorre do facto de se considerar que o investigador quando desenvolve o seu trabalho de análise fá-lo numa perspectiva que é equidistante dos interesses sociais em presença, procurando, mesmo, tomar por objecto as condições sociais e históricas que explicam os conflitos de legitimidade e os sistemas de representação sociais que separam as diferentes posições e interesses (Lenoir, 1998). Assim, a teoria social produzida tem implícita a crença que seria mais verdadeira do que o conhecimento manipulado pelos grupos em conflito, pois não estaria vinculada a urgências práctico-políticas quotidianas. No entanto, é esquecido que esta posição, dita imparcial, se confunde com os interesses dos especialistas (ou dos cientistas que os formaram) em dar uma definição legítima do que é o social, incluindo aqui o desenvolvimento de conflitos de legitimidade entre especialistas, sem a preocupação deste conhecimento se reconciliar com um senso comum mais elaborado (ver, Santos, 1989: 45-50).

Neste quadro, temos uma falsa imparcialidade que continua a viver do mito positivista de que a ciência teria uma superioridade epistemológica face a outras formas de conhecimento. Importante não

esquecer que tal superioridade se baseia na desqualificação da reflexividade e dos saberes dos actores sociais comuns. Trata-se duma imparcialidade que se mostra parcial e etnocêntrica nos seus efeitos. Faz-se ciência para um público especializado e informado cientificamente que depende desse conhecimento para a sua afirmação social e simbólica.

Em rigor, as correntes racionalistas de ciência tendem a reconhecer o condicionamento histórico do conhecimento científico e, mais especificamente, afirmam que as construções teórico-explicativas das ciências sociais são simultaneamente ideológicas, identificando os conflitos teóricos como parte dos conflitos maiores de carácter político-ideológico (Sedas Nunes, 1980; Madureira Pinto e Almeida, 1980). No entanto, à medida que os campos disciplinares se vão instituindo descreve-se a existência de um efeito que levaria cada uma das disciplinas a «purificar» a linguagem e as problemáticas científicas das suas conotações ideológicas, dando a entender que esta institucionalização levaria a uma dissociação entre factos e valores, podendo-se aspirar a uma posição de imparcialidade (ver, Madureira Pinto e Silva: 1987; Santos, 1989: 59-60).

O meu posicionamento epistemológico na investigação tem vindo a distanciar-se desta perspectiva de «purificação» das problemáticas teóricas. Posso constatar que, após a minha licenciatura, nos dois grandes períodos de trabalho que poderei assinalar na minha biografia de investigação, os valores de democratização das relações sociais na educação e de desenvolvimento das capacidade reflexivas dos actores sociais em contexto sempre estiveram presentes. Daí que considere adequado apoiar a tese de que a ciência social não é imparcial, embora subordine as suas formulações ideológicas à prova dos factos na forma de hipóteses de investigação, isto é, os valores estão contidos no modo como a teoria concebe as perguntas e o olhar que é dirigido sobre a realidade (Silva, 1987), sem que isso implique obrigatoriamente a instrumentalização da ciência para efeitos de intervenção social imediata.

Assim, a parcialidade da investigação está materializada na ênfase que se dá a determinados aspectos do real (comprovados com dados) em detrimento de outros, menos valorizados por outras abordagens teórico-ideológicas alternativas. Sempre que existe a desejada preocupação em especificar a linguagem conceptual e em clarificar a matriz dos problemas teóricos em análise, trata-se sempre duma abordagem teórico-ideológica, ainda que seja a ideologia da imparcialidade protagonizada pelo especialista ou cientista social.

Ruptura epistemológica experiencial

Chegados a este ponto, poderemos perguntar: se todos os pontos de vista teóricos são parciais e ideológicos onde podemos fundar a objectividade das ciências sociais no plano da validade dos conhecimentos produzidos? Que garantias de validade podem as ciências sociais dar para as suas explicações sobre o real se a imparcialidade que se poderia aspirar esconde o interesse social do especialista ou cientista social? Será importante não esquecer que a parcialidade na construção do conhecimento científico não nos deverá conduzir a uma incapacidade para entender lógicas e racionalidades que sejam contraditórias ou mesmo opostas aos valores que enformam a investigação. Será neste plano que a problemática da interculturalidade poderá entrar nesta discussão. Assim, as estratégias

de investigação ao conterem valores ideológicos terão que o fazer dum modo tal que não deslegitimem, ou desvalorizem a expressão de outros valores nas condutas dos actores sociais que estão em estudo, isto é, há que criar espaços e possibilidades para o diálogo legítimo com outros conteúdos e formas de pensamento que não os científicos.

Não se trata apenas de ter boas relações pessoais com esses indivíduos que são objecto de estudo e pensam diferente (informalizar a relação social de investigação), trata-se de nós realizarmos um exercício de autocensura intelectual que permita relativizar, no contexto do trabalho de investigação, os nossos próprios valores e teorias (Caria, 2000c). Só deste modo é que poderemos verificar quais as possibilidades da nossa ideologia poder ser concretizada na acção social, pois tornamo-nos conhecedores das outras racionalidades e dos outros conteúdos de pensamento existentes que condicionam na interacção social as possibilidades de mudança.

Não se trata dum regresso à imparcialidade valorativa, trata-se de cultivar um politeísmo ideológico colocando entre parêntesis as nossas certezas de cidadãos comprometidos com a emancipação social (Morin, 1994).

Em conclusão, a parcialidade teórico-ideológica do nosso olhar sobre o real passa a estar subordinada a um modo de fazer ciência que tem que ser capaz de comunicar e entender a diferença cultural (ver Kilani, 1994). Trata-se de advogarmos, tal como fazem as correntes racionalistas, a necessidade de se manter o papel crítico da ciência de ruptura com o senso comum, embora agora por outra via que não apenas a teórica: uma ruptura epistemológica pela via experiencial do trabalho de campo, onde é relativizado, simultaneamente, o senso comum do investigador-cidadão e o ponto de vista científico do especialista, isto é, todas as marcas de etnocentrismo, inclusive o científico (Caria, 2000a: 49-65). Assim, a interculturalidade na acção investigativa tem como projecto diminuir as desigualdades de poder simbólico e cultural entre os especialistas e os leigos, partindo do pressuposto que a construção de um investigador colectivo, que não exclua do campo científico o senso comum dos práticos, não é apenas um acto de vontade negociada. Supõe a teorização da relação social de investigação (tal como descrevemos atrás), isto é, supõe conhecer a estrutura da relação e saber identificar as acções alternativas que permitem evitar a reprodução automática das desigualdades simbólicas no trabalho de campo intervindo sobre a estrutura da relação (Bourdieu, 1993).

Se não submetermos a nossa parcialidade teórico-ideológica ao crivo da ruptura epistemológica por via experiencial, as consequências serão as seguintes: (1) cairemos no vício teorista de pressupor a passividade do objecto de investigação, porque acabaremos por lhe impor a nossa visão do mundo, transformando-se a influência sobre o objecto na incapacidade para entender o outro; (2) confundiremos análise científica teórico-ideológica com análise filosófica político-ideológica, ainda que ambas possam ter finalidades críticas; (3) confundiremos os nossos desejos sobre o que a realidade deve ser (resultante dos nossos valores) com o que é, sobrevalorizando o peso e a importância das condutas sociais emergentes que poderão protagonizar intencionalidades ou efeitos de emancipação social.

Mais concretamente, no plano operacional da investigação, pensamos que a perspectiva em que nos colocamos, de relativização da parcialidade teórico-ideológica, permite superar o teoricismo racionalista desde que o acto epistemológico de construção racional do real seja condicionado às

seguintes orientações: (1) os modelos de análise (os constructos teóricos-empíricos-hipotéticos) não poderão apenas resultar duma problematização teórica, eles apenas deverão ser construídos quando já nos encontramos no terreno, isto é, quando já passámos por uma confrontação com a «diferença»; (2) as construções teórico-interpretativas, dependentes dum trabalho de conceptualização científica, não se podem opor às construções interpretativas comuns dos actores sociais, funcionando estas últimas (as construções simbólicas locais) como indicadores dos postulados teóricos mais abstractos que permitem comparar e sistematizar conhecimentos sobre diferentes contextos sociais.

Neste quadro, criam-se condições para que as teorias sociais estejam próximas não só dos especialistas [sem se limitarem apenas às construções simbólicas dos actores sociais (ver Madureira Pinto, 1994: 118-120)], mas também das capacidades reflexivas (não das práticas sociais) dos actores sociais comuns, admitindo estes que as interpretações científicas são adequadas e plausíveis face à consciência prática que já têm sobre os seus contextos de vivências (Lapassade, 1991). Esta adequação e plausibilidade contribuirá para que na passagem da consciência prática à consciência discursiva os actores sociais integrem os produtos de conhecimento científico na sua reflexividade, ultrapassando as limitações dos saberes construídos apenas no face a face (Giddens, 1989).

Estar implicado

Poderemos agora regressar ao problema central: qual a relação que existe entre este modo de fazer ciência e a questão da acção social. A resposta pode ser dada através da discussão sobre o nível de implicação do investigador com os sujeitos-objects, o terceiro plano de análise do problema que anunciámos no início.

Parte da discussão da implicação já foi implicitamente realizada, pois quando advogámos a interculturalidade na relação social de investigação, mostrando como os nossos valores e visões do mundo terão que ser relativizados, estamos a defender a ideia que a implicação com os actores sociais em estudo não poderá ser total. Mas, mais do que falar da intensidade da implicação, importa descrevê-la em alguns factos relevantes, que permitam qualificá-la, mostrando a sua diferente natureza num quadro intercultural de investigação.

No meu trabalho tenho-a designado e conceptualizado como implicação periférica (Caria, 2000a: 104-110). Vejamos os seus aspectos mais relevantes no plano operacional da investigação e numa perspectiva intercultural (Caria, 1999d): (1) através duma acção investigativa intercultural dá-se valor, de uma forma prática, pela aprendizagem que o investigador realiza no terreno, às actividades quotidianas do grupo social em estudo, contribuindo para a revalorização de formas culturais minoritárias e periféricas ao sistema social dominante, podendo-se dar ou reforçar nos locais um sentido de dignidade cultural que pode estar pouco presente (ou ausente) nas relações que estes grupos sociais têm com o mundo ocidental, letrado ou académico, conforme os contextos; (2) através duma acção investigativa intercultural interroga-se e coloca-se o grupo social em situação de ter que pensar o seu quotidiano, de um ponto de vista que, apesar de não lhe poder ser estranho nos seus termos e linguagem, acaba por ser relativamente novo porque introduzido por alguém de fora, contribuindo para uma maior consciencialização dos

autóctones como entes culturais; (3) através duma acção investigativa intercultural intervém-se no local de modo a que presença do investigador não seja interpretada à imagem de outros estranhos, contribuindo para que os autóctones se interroguem sobre as relações sociais que mantêm com o exterior (tal como é definido pelos próprios), com assuas instituições e agentes sociais, podendo contribuir para a relativização de alguns traços da cultura local em análise.

Em síntese trata-se duma implicação que convoca os grupos sociais em estudo a pensarem-se como sujeitos de pleno direito, sem que nós, investigadores, tenhamos que correr o risco etnocêntrico de condicionarmos a nossa análise apenas aos nossos valores ou aos valores daqueles que estão mais próximos da nossa ideologia.

Neste sentido, estamos longe de considerar a acção investigativa de recolha de dados no trabalho de campo como a concretização de um acto epistemológico de verificação ou constatação das hipóteses. É antes um acto de influência sobre a observação e de parcialidade explicativa que pode ter a qualidade de objectivar a construção científica e de levar os locais a racionalizarem a sua cultura, isto é, de os levar a construírem uma identidade colectiva explícita e interesses estratégicos próprios (Caria, 2000a: 192-224). Assim, trata-se duma forma de fazer ciência que está em condições de saber a quem se dirige: à reflexividade dos grupos sociais em estudo (sem discriminação de ideologias, ainda que com os constrangimentos estruturais limitadores da interculturalidade) e à auto-reflexividade da ciência. É uma forma de fazer ciência que está socialmente comprometida (é uma acção social), sem que dilua a autonomia relativa do seu campo, isto é, produz-se conhecimento sobre o que existe, considerando que o existente contém as estruturas de desigualdade e as dinâmicas estratégicas e reflexivas dos que desejam a mudança, tanto no sentido emancipatório como no sentido conservador (Bonal e Rambla, 1999; Caria, 1999b; 1999d).

Correspondência: Telmo Caria, Departamento de Economia e Sociologia, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Folhadela, 5000 Vila Real

Email: tcaria@utad.pt

Bibliografia

- ALMEIDA, João F.; MADUREIRA PINTO, José (1980) *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa: Presença.
- ALMEIDA, João F. e MADUREIRA PINTO, José (1987) «Da teoria à investigação empírica - problemas metodológicos gerais», in J. Madureira Pinto e Augusto Silva (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento, 55-78.
- BACHELARD, Gaston (1993) *La formation de l'esprit scientifique. Contribution a une psychanalyse de la connaissance*, Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- BONAL, Xavier e RAMBLA, Xavier (1999) «Sobre a reflexividade, sociologia da educação e estruturação social», *Educação, Sociedade & Culturas*, 12, 230-234.
- BOURDIEU, Pierre (1993) «Comprendre», in *la misère du monde*, Paris: Seuil, 903-939.
- BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean-Claude e CHAMBOREDON, Jean-Claude (1973) *Le métier de sociologue*, Paris: Mouton.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic (1992) *Réponses*, Paris: Seuil.
- CARIA, Telmo H. (1995) «Debater a Sociologia da Educação em Portugal», *Forum Sociológico*, 6, 33-48.
- CARIA, Telmo H. (1999a), *Introdução às Ciências Sociais - programa, conteúdos e métodos de ensino*, Vila Real: UTAD, (texto policopiado apresentado para efeitos de concurso documental a Professor Associado em Ciências Sociais).
- CARIA, Telmo H. (1999b) «A estruturação social e a reflexividade da Sociologia da Educação», *Educação, Sociedade & Culturas*, 12, 223-229.
- CARIA, Telmo H. (1999c) «Há uma Antropologia não implicada?» *Comunicação ao II Congresso Português de Antropologia*, Lisboa: Associação Portuguesa de Antropologia.
- CARIA, Telmo H. (1999d) «Da análise do protesto colectivo aos Movimentos Sociais», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54, 187-192.
- CARIA, Telmo H. (2000a) *A cultura profissional dos professores - o uso do conhecimento em contexto de trabalho na conjuntura da reforma educativa dos anos 90*, Lisboa: Fundação Calouste Guiberikian (versão da tese de doutoramento em Sociologia da Educação).
- CARIA, Telmo H. (2000b) «O uso do conhecimento abstracto em contexto», *Comunicação ao V Congresso de Ciências da Educação*: Faro, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação/ Universidade do Algarve.
- CARIA, Telmo H. (2000c) «A reflexividade e a objectivação do olhar sociológico na investigação etnográfica» *Revista Crítica de Ciências Sociais* (no prelo).
- COULON, Alain (1987) *L'ethnomethodologie*, Paris: PUF.

- FERREIRA, Virgínia (1987) «O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos», in J. Madureira Pinto e Augusto S. Silva, *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.
- GIDDENS, Anthony (1989) *A constituição da sociedade*, São Paulo: Martins Fontes.
- KILANI, Mondher (1994) *L'invention de l'autre*, Lausanne,: Payot
- LAPASSADE, Georges (1991) *L'ethno-sociologie - les sources anglo-saxonnes*, Paris: Méridiens Klincksieck.
- LENOIR, Lemi (1998) «Objecto sociológico e problema social», in *Iniciação à prática sociológica*, Petrópolis: Vozes.
- MADUREIRA PINTO, José (1984) «Questões de metodologia sociológica I», *Cadernos de Ciências Sociais*, 1, 5-42.
- MADUREIRA PINTO, José. (1985a) «Questões de metodologia sociológica II», *Cadernos de Ciências Sociais*, 2, 11-40.
- MADUREIRA PINTO, José (1985b) «Questões de metodologia sociológica III», *Cadernos de Ciências Sociais*, 3, 133-156.
- MADUREIRA PINTO, José (1994) *Propostas para o ensino das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.
- MADUREIRA PINTO, José e SILVA, Augusto Santos, (1987) «Uma visão global sobre as Ciências Sociais», in *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.
- MERLLIÉ, Dominique (1998) «A construção estatística», in *Iniciação à prática sociológica*, Petrópolis: Vozes.
- MORIN, Edgar (1984) *Sociologia*, Lisboa: Publicações Europa-América.
- MORIN, Edgar (1994) *Ciência com consciência*, Lisboa: Publicações Europa-América.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (1992) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- SPERBER, Dan (1992) *O saber dos antropólogos*, Lisboa: Edições 70.
- SEDAS NUNES, Adérito (1977) *Sobre o problema do conhecimento nas Ciências Sociais*, Gabinete de Investigação Social (GIS).
- SEDAS NUNES, Adérito (1980) *Questões preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa: Presença.
- RESENDE, José M.; VIEIRA, M. Manuel (1993) «A desconstrução de uma prática: do saber ao fazer em Sociologia da Educação», *Fórum Sociológico*, 2, 147-167.
- RESENDE, José M.; VIEIRA, M. Manuel (1995) «Debater a sociologia em Portugal - uma resposta», *Forum Sociológico*, 6, 51-68.
- SANTOS, Boaventura S. (1987) *Um discurso sobre a ciência*, Porto: Afrontamento
- SANTOS, Boaventura S. (1989) *Introdução a uma Ciência Pós-moderna*, Porto: Afrontamento.